REVISTA EXITUS
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

10.24065/re.v16i1.3113
ARTIGO

ACESSO NÃO É PERMANÊNCIA: desafios do trabalhador estudante na educação superior brasileira

ACCESS IS NOT PERMANENCE: challenges of the student worker in Brazilian higher education

EL ACCESO NO ES PERMANENCIA: desafíos del trabajador estudiante en la educación superior brasileña

Leilane Diena Souza da Silva[1] 0009-0000-6745-1891
Marianne Louise Marinho Mendes[2] 0000-0003-1560-765X

[1] Universidade de Pernambuco – UPE, Programa de Pós – Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares – PPGFPPI – Petrolina, Pernambuco, Brasil, CEP 56.328-900, leilane.dienass@upe.br
[2] Universidade de Pernambuco – UPE, Programa de Pós – Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares – PPGFPPI – Petrolina, Pernambuco, Brasil, CEP 56.328-900, marianne.marinho@upe.br

RESUMO

O artigo discute a relação entre a expansão da educação superior brasileira e os desafios de permanência enfrentados pelos estudantes que conciliam trabalho e formação acadêmica. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, desenvolvida a partir de produções científicas indexadas nas bases SciELO e Scopus, complementadas por obras clássicas do campo, a partir da análise de 23 artigos, capítulos e trabalhos de eventos publicados prioritariamente entre 2010 e 2025. A análise temática organizou-se em três eixos: expansão e democratização do ensino superior, perfil e trajetórias dos trabalhadores estudantes, e condições de permanência. Os resultados indicam que, embora as políticas de expansão tenham ampliado o acesso de grupos historicamente excluídos, as condições de permanência continuam fortemente condicionadas pelas desigualdades sociais e laborais que atravessam a trajetória desses sujeitos. A precarização das relações de trabalho, a sobrecarga da dupla jornada, os impactos na saúde mental e as restrições à participação na vida acadêmica configuram barreiras estruturais que limitam não apenas o tempo disponível para o estudo, mas a própria possibilidade de afiliação institucional. Conclui-se que democratizar a educação superior exige deslocar o foco do acesso para a permanência efetiva, reconhecendo que o direito à formação só se efetiva quando o estudante encontra condições reais de permanecer, participar e concluir o curso.

Palavras-chave: Ensino superior noturno; Trabalhador estudante; Permanência estudantil; Democratização; Dupla jornada.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the expansion of higher education in Brazil and the challenges of remaining in higher education faced by individuals who combine work and academic training. It is a narrative literature review, developed from scientific publications indexed in SciELO and Scopus databases, complemented by classic works in the field, based on the analysis of 23 articles, chapters and conference papers published primarily between 2010 and 2025. The thematic analysis was organized around three axes: expansion and democratization of higher education, profile and trajectories of working students, and retention conditions. The results indicate that, although expansion policies have broadened access for historically excluded groups, retention conditions remain strongly conditioned by the social and labor inequalities that permeate these students' trajectories. The precariousness of labor relations, the burden of the double workday, the impacts on mental health, and restrictions on participation in academic life constitute structural barriers that limit not only the time available for study but also the very possibility of institutional affiliation. It is concluded that democratizing higher education requires shifting the focus from access to effective retention, recognizing that the right to education is only realized when students have the actual conditions to remain, participate, and complete their degree.

Keywords: Evening higher education; Student worker; Student retention; Democratization; Double workday

RESUMEN

El artículo analiza la relación entre la expansión de la educación superior en Brasil y los desafíos que enfrentan las personas que combinan trabajo y formación académica para permanecer en la educación superior. Se trata de una revisión narrativa de la literatura, desarrollada a partir de producciones científicas indexadas en las bases SciELO y Scopus, complementadas por obras clásicas del campo, a partir del análisis de 23 artículos, capítulos y trabajos de eventos publicados prioritariamente entre 2010 y 2025. El análisis temático se organizó en tres ejes: expansión y democratización de la educación superior, perfil y trayectorias de los estudiantes trabajadores, y condiciones de permanencia. Los resultados indican que, aunque las políticas de expansión han ampliado el acceso de grupos históricamente excluidos, las condiciones de permanencia siguen fuertemente condicionadas por las desigualdades sociales y laborales que atraviesan la trayectoria de estos sujetos. La precarización de las relaciones laborales, la sobrecarga de la doble jornada, los impactos en la salud mental y las restricciones a la participación en la vida académica configuran barreras estructurales que limitan no solo el tiempo disponible para el estudio, sino también la propia posibilidad de afiliación institucional. Se concluye que democratizar la educación superior exige desplazar el enfoque del acceso hacia la permanencia efectiva, reconociendo que el derecho a la formación solo se hace efectivo cuando el estudiante encuentra condiciones reales para permanecer, participar y concluir los estudios.

Palabras clave: Educación superior nocturna; Trabajador estudiante; Permanencia estudiantil; Democratización; Doble jornada.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação superior no Brasil caracteriza-se por uma implementação tardia em relação ao modelo europeu, tendo sido inicialmente voltada ao atendimento das camadas sociais da chamada elite. Apenas nas últimas décadas o modelo foi modificado para um sistema de massas, impulsionado pelo crescimento expressivo das matrículas, pela diversificação institucional e pela ampliação da participação do setor privado na oferta educacional (Nascimento; Oliveira; Santos, 2025).

Essa transformação teve seus primeiros impulsos na década de 1930, ganhou força sistêmica com a reforma de 1968 e atingiu seu patamar de crescimento recorde a partir da segunda metade da década de 1990. Nos anos 2000, esse processo foi impulsionado por políticas públicas de natureza distintas. O Programa Universidade para Todos (Prouni) e o

Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) fomentaram a expansão do setor privado, ampliando as oportunidades de acesso à educação superior por meio de bolsas de estudo e financiamento estudantil. Já o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) voltou-se à reestruturação e à ampliação da rede federal pública (Batalha, 2024; Oliveira; Bittar; Lemos, 2010). O crescimento expressivo das matrículas, a diversificação institucional e a ampliação da participação do setor privado caracterizaram esse processo (Catani; Oliveira; Michelotto, 2013), incorporando novos grupos sociais e consolidando os cursos noturnos como principal via de acesso para trabalhadores (Furlani, 2001).

O que se pode notar é que, embora a expansão do acesso represente um avanço significativo, diversos autores alertam para a necessidade de problematizar seus limites quando analisada exclusivamente sob uma perspectiva quantitativa (Dubet, 2015; Sguissardi, 2015), evidenciando que democratizar exige considerar não apenas quem ingressa, mas também quem consegue permanecer e concluir a formação (Santos; Dias; Vian, 2023; Silva; Sampaio, 2022).

Para os trabalhadores estudantes, esse percurso é frequentemente comprometido pelas limitações de tempo, recursos financeiros e restrições à participação na dinâmica universitária decorrentes da dupla jornada (Torres *et al*., 2019; Vargas; Paula, 2013), condições que dificultam o próprio processo de afiliação às normas, práticas e códigos da vida acadêmica (Coulon, 2017). A presença crescente desse público evidencia uma contradição central do processo de democratização educacional brasileiro: ao mesmo tempo em que o acesso foi ampliado, o sistema reproduziu o que Ezcurra (2011) denomina de "inclusão excludente", em que a massificação ocorre sem garantir as condições necessárias para que os estudantes permaneçam e concluam sua formação.

Desse modo, o presente artigo visa discutir a relação entre a expansão do ensino superior brasileiro e os desafios de permanência enfrentados pelos estudantes que conciliam trabalho e formação acadêmica, com especial atenção à realidade dos cursos noturnos. A partir de uma revisão da literatura sobre permanência estudantil produzida na última década, busca-se compreender como o processo de democratização do acesso produziu mudanças no perfil do público universitário e quais obstáculos permanecem presentes para os trabalhadores estudantes, demonstrando que o direito à educação superior envolve não apenas o ingresso na universidade, mas também a viabilização de mecanismos concretos que assegurem a permanência do estudante e a consequente diplomação.

Assim, parte-se da compreensão de que o trabalhador estudante ocupa uma posição paradoxal no ensino superior brasileiro contemporâneo, pois, ainda que constitua um dos principais sujeitos beneficiados pela expansão educacional, permanece entre os grupos mais vulneráveis aos obstáculos que dificultam a continuidade e a conclusão da formação universitária.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza exploratória, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura. Optou-se por este delineamento, conforme preconiza Rother (2007), por permitir uma ampla discussão teórica e a construção de um marco conceitual mais amplo, superando as limitações de síntese estatística próprias das revisões sistemáticas e possibilitando a interpretação crítica das contradições e particularidades estruturais que cercam o estudante trabalhador. A pesquisa bibliográfica, como aponta Gil (2022), fundamenta-se no exame de material já elaborado, permitindo ao pesquisador analisar e interpretar diferentes contribuições acerca do fenômeno investigado, sob a ótica de que os fenômenos sociais devem ser apreendidos a partir de seus significados e contextos históricos (Minayo, 2025).

O levantamento de dados foi realizado nas bases de dados indexadas SciELO e Scopus, complementado por buscas manuais em referências de obras clássicas. As buscas foram conduzidas nos idiomas português, inglês e espanhol, utilizando os descritores "educação superior", "democratização", "permanência estudantil", "estudante trabalhador", “ensino noturno” e "dupla jornada", de forma isolada e combinada (operadores booleanos AND/OR). Como critério de inclusão, priorizou-se a produção científica dos últimos 15 anos (2010-2025), sem prejuízo da incorporação de obras clássicas e documentos oficiais (INEP, MEC) de pertinência teórica consolidada para o campo. Do universo de registros recuperados, foram pré-selecionados 58 trabalhos, dos quais 23 (artigos, teses, dissertações e capítulos de livros) que apresentavam densidade analítica sobre a interface entre trabalho e permanência no ensino superior brasileiro, foram utilizados e integram o corpus analítico deste artigo.

O tratamento do material empírico-teórico ocorreu por meio da análise temática de Braun e Clarke (2023). O processo seguiu as etapas de familiarização com os dados, geração de códigos iniciais e busca por padrões de significado, permitindo a organização do material em categorias analíticas. A partir da leitura flutuante e analítica, emergiram temas recorrentes

relacionados à expansão mercantilizada do ensino, à emergência do estudante trabalhador e às implicações da dupla jornada. Esse processo permitiu organizar as contribuições teóricas em categorias analíticas, considerando as relações e contradições entre a ampliação das oportunidades de acesso e as condições efetivas de continuidade da formação universitária.

Com base nessa organização, o referencial teórico e a discussão foram estruturados em três eixos analíticos interdependentes: a expansão e os limites da democratização da educação superior brasileira; os desafios cotidianos e estruturais vivenciados pelos estudantes trabalhadores na conciliação entre trabalho e formação; e a permanência estudantil como dimensão indissociável e fundamental do processo de democratização. Esses eixos orientaram a seleção final das produções e a construção da discussão teórica, permitindo articular as diferentes contribuições da literatura em torno do problema investigado.

EXPANSÃO SEM DEMOCRATIZAÇÃO: dilemas do ensino superior brasileiro

A história da expansão universitária no Brasil é marcada por uma implementação tardia e elitista. Diferentemente de outras colônias americanas, que criaram universidades ainda nos primeiros séculos de colonização, as primeiras iniciativas nacionais só surgiram após 1808, com a chegada da Família Real, consistindo em cursos isolados voltados às demandas da Corte (Fávero, 2006).

Durante os períodos Colonial e Imperial, o acesso era restrito aos filhos da elite, que precisavam se deslocar para a Universidade de Coimbra para cursar Medicina, Direito ou Engenharia, mantendo um monopólio de privilégios profissionais para uma parte mínima da sociedade. A universidade como instituição consolidada só se tornou realidade no início do século XX, com a fundação de instituições como a Universidade Federal do Paraná em 1912, a Universidade do Rio de Janeiro em 1920 e a USP em 1934 (Fávero, 2006).

Na década de 1960, ocorreu a promulgação da Lei nº 5.540/68, que instituiu a Reforma Universitária, sendo fundamental para consolidar a universidade com base na articulação entre ensino, pesquisa e extensão (Romanelli, 2014). O período entre 1961 e 1980 foi caracterizado por uma expansão significativa do ensino superior, impulsionada pela demanda por mão de obra qualificada e pelo avanço da privatização após a Reforma de 1968, que favoreceu o setor privado enquanto o setor público limitava suas vagas (Santos; Dias; Vian, 2023). A partir da segunda metade da década de 1990, esse processo ganhou novo

impulso com a adoção de orientações neoliberais que aprofundaram a mercantilização do setor (Sguissardi, 2015).

As políticas públicas implementadas a partir dos anos 2000 intensificaram a expansão da educação superior brasileira, ampliando as oportunidades de ingresso de grupos historicamente excluídos desse nível de ensino. Esse crescimento, contudo, ocorreu em um contexto de forte participação do setor privado, configurando um processo que Sguissardi (2015) analisa sob a perspectiva da massificação mercantil, no qual a ampliação quantitativa do acesso não corresponde, necessariamente, à democratização efetiva da educação superior. O Fies, que oferece crédito educativo para estudantes de instituições privadas, e o Prouni, que concede bolsas de estudo integrais e parciais em faculdades particulares, focaram no fomento à rede privada. Já o Reuni reestruturou e interiorizou a rede federal pública (Batalha, 2024).

Além disso, em 2010, houve a implementação do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), que facilitou o processo de ingresso de alunos nas universidades, por meio de um certame único e periódico, que acabou com a necessidade de aplicação de uma prova para cada instituição e removendo barreiras geográfica, já que a aplicação do exame passou a acontecer simultaneamente em todo o país (Silva; Sampaio, 2022). O impacto conjunto dessas políticas públicas nas primeiras décadas do século XXI foi expressivo, dados compilados por Nascimento, Oliveira e Santos (2025) demonstram que o período entre 2000 e 2023 registrou um aumento de cerca de 270% no número de matrículas, atingindo a marca recorde de quase 10 milhões de estudantes.

Ao analisar as transformações ocorridas na educação superior brasileira, Sguissardi (2015) evidencia que a expansão quantitativa do sistema não se traduz, necessariamente, em democratização real. Para o autor, o crescimento das matrículas deu-se sob a égide da mercantilização, caracterizada pela forte atividade do setor privado e pela introdução de lógicas de mercado na esfera universitária.

Essa análise teórica encontra respaldo nos dados do Censo da Educação Superior de 2023, que revelam que aproximadamente 79% das matrículas de graduação estavam concentradas em instituições privadas, enquanto cerca de 21% pertenciam ao setor público (Brasil, 2024). Mais do que um indicador quantitativo, esses registros demonstram a centralidade assumida pelo setor privado na expansão do ensino superior brasileiro e evidenciam como a mercantilização moldou a distribuição das vagas.

Nessa estrutura predominantemente privatizada, o ensino superior noturno ocupa posição estratégica, consolidando-se como a principal porta de entrada para trabalhadores que

buscam conciliar estudo e trabalho (Almeida *et al.*, 2024). Ao longo das décadas, os cursos noturnos constituíram uma alternativa para jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho, tornando-se um dos principais mecanismos de ampliação do acesso à educação superior (Furlani, 2001).

Os dados mais recentes confirmam essa configuração. Em 2023, os cursos presenciais noturnos contabilizaram 2.735.442 matrículas, superando as 2.328.059 registradas no turno diurno, sendo que as instituições privadas concentram a maior parte dessas matrículas, enquanto as públicas permanecem predominantemente associadas à oferta diurna, o que reforça a centralidade dos trabalhadores estudantes na expansão recente do ensino superior privado (Brasil, 2024).

Trópia e Souza (2023) destacam que esse direcionamento estratégico, consolidado desde a década de 1960, capturou uma demanda que o setor público ainda restringe por meio de barreiras de oferta nesse turno, possibilitando o ingresso de novos grupos sociais e produzindo uma modificação substancial no perfil universitário, que se tornou majoritariamente negro e popular.

Diante desse cenário remodelado, a universidade passou a abrigar estudantes que têm suas trajetórias atravessadas pela necessidade de articular diferentes esferas da vida cotidiana (Vargas; Paula, 2013). Esse perfil estudantil evidencia que o debate sobre democratização vai além da ampliação do acesso, porque envolve as condições concretas em que a experiência universitária é vivenciada.

Nesse contexto, especialmente a partir das políticas de expansão implementadas nas primeiras décadas do século XXI, a permanência ganhou maior relevância no debate educacional, uma vez que a incorporação de grupos historicamente excluídos evidenciou desigualdades que não foram superadas pelo ingresso na universidade. A ampliação das vagas, embora representasse um avanço, tornou mais evidente a necessidade de políticas voltadas não apenas ao acesso, mas também às condições materiais e institucionais necessárias à continuidade e à conclusão dos estudos (Oliveira; Bittar; Lemos, 2010; Silva; Sampaio, 2022). É nesse cenário que o trabalhador estudante se torna figura central da expansão recente do ensino superior brasileiro.

ENTRE O TRABALHO E A UNIVERSIDADE: perfil e trajetórias dos trabalhadores estudantes

A expansão do ensino superior brasileiro alterou o perfil histórico dos sujeitos que passaram a ocupar as salas de aula das universidades. Conforme analisam Catani, Oliveira e Michelotto (2013), a ampliação das matrículas e a crescente diversificação institucional possibilitaram o ingresso de grupos sociais que se encontravam excluídos desse nível de ensino. Entre esses novos atores, destacam-se os estudantes oriundos das camadas populares e os trabalhadores, que passaram a buscar na educação superior alternativas concretas de qualificação profissional, inserção mais qualificada no mercado e mobilidade social, concentrando-se de forma expressiva nos cursos noturnos e nas instituições privadas de ensino (Brasil, 2024**)**.

Para a grande maioria desses estudantes, ingressar na universidade não significa o privilégio de interromper a vida profissional para dedicar-se de forma integral à formação intelectual. Essa configuração implica a obrigação de incorporar novas e pesadas exigências acadêmicas a uma rotina diária que, conforme analisam Trópia e Souza (2023), já se encontra previamente saturada por responsabilidades econômicas imediatas e pela busca constante da sobrevivência material, mantendo as portas da universidade apenas "semiabertas" para esse público. Vargas e Paula (2013) reforçam que a conciliação entre as exigências da escolarização e a necessidade de trabalhar constitui um dos principais obstáculos desse percurso, por vezes o trabalho dificulta os estudos, em outras sua ausência os inviabiliza completamente.

Essa realidade aparece de maneira mais intensa na seara dos cursos noturnos. Ao estudar os alunos desse segmento, Furlani (2001) demonstra que a universidade noturna se consolidou no tecido social brasileiro como um espaço de formação de sujeitos que as trajetórias de vida são atravessadas pelas demandas do trabalho e pelas restrições impostas por suas condições materiais. Oliveira, Bittar e Lemos (2010) destacam que a expansão da oferta de vagas no período da noite esteve diretamente ligada à necessidade de incorporação da classe trabalhadora ao ambiente acadêmico, convertendo esse turno em uma das principais portas de entrada para a população que vive do trabalho.

Contudo, ao adentrar esse cenário, percebe-se que nem todos os sujeitos que trabalham e estudam vivenciam a universidade sob as mesmas condições. Vargas e Paula (2013) chamam a atenção para a necessidade de um aprimoramento conceitual nessa discussão,

distinguindo com clareza a figura do estudante-trabalhador da figura do trabalhador-estudante. Essa categorização das prioridades vitais e das condições estruturais foi posteriormente aprofundada por Torres *et al*. (2019), fundamentando-se na diferenciação estabelecida originalmente por Foracchi (1977) para mapear as assimetrias que dividem esse público.

O estudante-trabalhador é o indivíduo que tem como foco principal a condição de estudante. Para esse perfil, a atividade laboral é vista como um mecanismo de suporte, sendo, na perspectiva do sujeito, um "trabalho incompleto e parcial" (Foracchi, 1977, p. 51). Diante das pressões econômicas, ele se vê obrigado a exercer atividades profissionais para garantir tanto a sua manutenção financeira pessoal quanto a sua própria permanência na instituição.

Já o trabalhador-estudante, representa o sujeito em que o trabalho se constitui como a prioridade vital absoluta e a condição primária de sobrevivência. Conforme define Foracchi (1977, p. 51), nesta situação, "o acidente não é o trabalho, mas o estudo. O estudo aparece como contingência. [...] O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória". Para este grupo, o curso universitário é uma atividade de superação, realizada quase sempre após jornadas exaustivas que drenam a energia física e mental necessária para o sucesso acadêmico pleno (Torres *et al*., 2019).

Essa condição tende a ser predominante nos cursos noturnos, onde o trabalho ocupa posição central na organização do cotidiano, determinando horários, rotinas de deslocamento e as possibilidades reais de participação na vida acadêmica (Vargas; Paula, 2013). Não por acaso, esse perfil de estudante concentra-se majoritariamente nas instituições privadas, que detêm o maior volume de vagas ofertadas nesse turno no Brasil (Brasil, 2024).

Nesse contexto de vulnerabilidade, o conceito de "excluídos do interior", formulado por Bourdieu e Champagne (1998), ganha relevo analítico fundamental. Mesmo formalmente incluídos no sistema de ensino, esses alunos continuam enfrentando barreiras materiais e simbólicas dentro da universidade. As barreiras materiais se traduzem na impossibilidade de participar de atividades de tempo integral, pela exaustão e falta de tempo decorrentes da dupla jornada (Torres *et al*., 2019). Já as simbólicas se manifestam no complexo processo de afiliação ao mundo intelectual, marcado pelo confronto com a linguagem acadêmica e os códigos da cultura universitária (Coulon, 2017).

A dupla jornada vivida por esses estudantes evidencia um esforço expressivo para romper com o ciclo de reprodução social, tendo em vista que esses sujeitos já superaram as barreiras do ensino fundamental e médio, não obstante a qualidade precária dessa formação anterior e o baixo capital cultural acumulado ao longo de suas trajetórias (Oliveira; Bittar;

Lemos, 2010). Ainda assim, o ingresso na universidade não elimina as desigualdades que marcam suas vidas, pois as barreiras que persistem após o acesso continuam condicionando suas possibilidades de permanência e formação plena.

Dessa forma, a crescente presença de trabalhadores estudantes nas instituições de ensino superior revela uma das principais contradições do processo de democratização educacional brasileiro. Ao mesmo tempo em que a expansão ampliou as oportunidades de acesso, ela também trouxe para o centro do debate a necessidade de compreender as condições concretas que possibilitam a permanência desses indivíduos na universidade. É justamente essa discussão que orienta o tópico seguinte.

ACESSO NÃO É PERMANÊNCIA: os limites da democratização do ensino superior

A ampliação do acesso à educação superior constitui uma das mudanças mais significativas no cenário educacional brasileiro recente. Entretanto, a expansão de vagas não foi acompanhada pela garantia de condições de permanência estudantil. Essa contradição evidencia que a democratização não pode ser analisada exclusivamente a partir do ingresso, visto que as trajetórias acadêmicas são influenciadas pelas desigualdades sociais que os sujeitos carregam para o interior da instituição (Vargas; Paula, 2013). Isso ganha relevância quando se observa a realidade dos trabalhadores estudantes, grupo no qual os obstáculos para a permanência expõem de forma nítida os limites estruturais do sistema de ensino superior brasileiro.

As políticas de expansão possibilitaram o acesso de grupos anteriormente excluídos do ensino superior, mas não eliminaram as barreiras enfrentadas pelos estudantes que precisam conciliar trabalho, estudo e, muitas vezes, responsabilidades familiares. Trópia e Souza (2023) definem essa condição como o fenômeno das “portas semiabertas”. Esse fenômeno é evidenciado pelo fato de que o trabalhador estudante consegue ingressar na instituição, mas a universidade permanece parcialmente fechada às suas necessidades, já que a rigidez institucional e a escassez de tempo inviabilizam sua participação em atividades complementares indispensáveis para a formação plena, tais como os projetos de pesquisa, de extensão e as monitorias.

Assim, a permanência passa a ocupar posição central no debate sobre democratização. A garantia do acesso não significa, necessariamente, igualdade de condições ao longo da

trajetória acadêmica e é justamente nessa lacuna que se revelam os limites estruturais de um processo de expansão que ampliou as portas da universidade sem, contudo, assegurar as condições para que todos os que entraram pudessem de fato permanecer e se formar (Sguissardi, 2015).

Sob essa perspectiva, permanecer na universidade não significa apenas continuar formalmente matriculado. Silva e Sampaio (2022) demonstram que a permanência estudantil envolve diferentes dimensões da experiência universitária, abrangendo aspectos acadêmicos, institucionais e sociais que influenciam a trajetória dos estudantes até a conclusão da graduação. Os autores propõem uma perspectiva tríplice para mensurar a eficácia das políticas de democratização, estabelecendo que o sucesso institucional deve ser avaliado pela combinação de três indicadores objetivos: a permanência física do estudante no curso, a manutenção de desempenho acadêmico satisfatório e a diplomação dentro do tempo regulamentar previsto.

Essa concepção tríplice de sucesso acadêmico, que vai além da mera matrícula e inclui desempenho e conclusão, dialoga com a compreensão de que a real democratização deve permitir ao estudante vivenciar a universidade como um espaço de confrontação crítica e de múltiplas experiências políticas, artísticas e intelectuais (Alcoba; Garatte, 2022). Desse modo, a universalização do ensino superior consolida-se como um direito social substantivo e indispensável para o aprofundamento democrático (Oliveira; Bittar; Lemos, 2010).

No entanto, as barreiras cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores estudantes frequentemente distanciam essa vivência idealizada da realidade prática das instituições. As dificuldades enfrentadas por eles ilustram essa distância entre o ideal institucional e a realidade prática. As dificuldades de adaptação à vida acadêmica, os questionamentos sobre pertencimento e os condicionantes sociais que comprometem o desempenho e podem levar à desistência revelam os limites concretos de uma democratização que se efetivou no acesso, mas não nas condições de permanência (Almeida *et al.*, 2024).

Essa vulnerabilidade é corroborada por Costa e Alves (2025), em pesquisa qualitativa com estudantes universitários. Os resultados indicam que 8 dos 10 participantes que conciliavam trabalho e estudo relataram frequentemente sentir sua saúde mental e física afetadas pela dupla jornada, em contraposição ao grupo que apenas estudava. Esses dados evidenciam que o acesso, quando desacompanhado de suportes institucionais adequados, não assegura, por si só, a conclusão da graduação.

Para compreender a raiz estrutural desse indicador de risco, é necessário considerar as transformações recentes do mundo do trabalho. Antunes (2020) explica que a trajetória desses estudantes está intrinsicamente vinculada à nova morfologia do trabalho, que é caracterizada pela flexibilização, instabilidade e precarização das relações laborais. O pesquisador esclarece que as transformações produtivas das últimas décadas reduziram as garantias históricas da classe trabalhadora, impondo jornadas extensas e vínculos frágeis, o que faz com que o tempo demandado pelas exigências acadêmicas passe a competir com as condições de sobrevivência material, reduzindo o período disponível para o descanso e para o que Coulon (2017) vai chamar de "ofício de estudante".

Esse cenário de redução de tempo e sobrecarga laboral repercute diretamente na dimensão psicossocial dos indivíduos. Dejours (2015) explica que o sofrimento psíquico surge quando a organização e as exigências do trabalho entram em conflito com as possibilidades concretas e as necessidades biológicas e subjetivas do sujeito. No caso do trabalhador estudante, a sobreposição da jornada laboral à rotina universitária gera um desgaste que ultrapassa o cansaço físico, alcançando dimensões relacionadas à saúde mental e ao bem-estar, funcionando como um mecanismo de exaustão progressiva.

Esse desgaste, por sua vez, não se manifesta apenas na saúde física e mental, mas também nas restrições cotidianas que moldam a experiência universitária. Essas restrições envolvem a administração do tempo, a participação em atividades acadêmicas para além da sala de aula e a construção de vínculos com a instituição. Assim, embora esses aspectos nem sempre apareçam nos indicadores formais de evasão, eles condicionam as possibilidades reais de afiliação (Coulon, 2017**)** e de formação integral, impedindo que o trabalhador vivencie a universidade em sua plenitude e transformando sua trajetória em uma experiência fragmentada (Vargas; Paula, 2013).

Esse cenário alinha-se ao conceito de "democratização segregativa", formulado por Dubet (2015), segundo o qual a expansão quantitativa do sistema de ensino frequentemente desloca as disparidades para o interior da própria estrutura universitária. As classes populares passam a acessar o ensino superior, mas tendem a se concentrar em cursos de menor prestígio social e em modalidades com menor aporte de recursos, preservando as hierarquias socioeconômicas vigentes.

Nesse contexto, Reis (2016) diferencia a permanência material da permanência simbólica. Enquanto a dimensão material abrange os auxílios financeiros, de transporte e de alimentação, a dimensão simbólica refere-se ao processo de afiliação institucional, ao domínio

dos códigos linguísticos acadêmicos e ao desenvolvimento do sentimento de pertença. Apesar das políticas institucionais priorizarem o suporte material, elas acabam, muitas vezes, mencionando sobre o ato de promover as condições simbólicas necessárias para que o trabalhador se aproprie de forma plena do papel de estudante, dimensão que repercute diretamente com o conceito de "ofício de estudante" proposto por Coulon (2017).

Sob essa ótica, Silva, Freitas e Nunes (2025) compreendem a permanência estudantil como o ato concreto que materializa o acesso, fundado na ideia de duração e transformação ao longo do curso, e destacam que sua efetivação depende de fatores internos às instituições, capazes de tornar as experiências acadêmicas possíveis e de promover a construção de uma autonomia universitária. Em suma, o acesso à universidade só se torna efetivo quando acompanhado por políticas internas robustas. Sendo assim, a autonomia e os recursos endógenos são os verdadeiros pilares que transformam o ingresso em uma trajetória de conclusão bem-sucedida.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste tópico demonstram, portanto, que a democratização da educação superior não pode ser compreendida apenas pela ampliação das oportunidades de acesso; considerando que as políticas de expansão possibilitaram o ingresso de novos grupos sociais na universidade, mas as condições de permanência continuam condicionadas pelas desigualdades sociais e laborais que atravessam a trajetória dos trabalhadores estudantes. Somente ao considerar a permanência e não apenas o ingresso, será possível avançar de uma democratização centrada no acesso para uma democratização comprometida com a formação integral e o sucesso acadêmico desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do ensino superior no Brasil demonstra que as políticas de expansão fizeram com que as classes menos favorecidas tivessem acesso à universidade, mas produziram o que Dubet (2015) denomina de "democratização segregativa". A inclusão desses grupos preservou as hierarquias sociais ao concentra-los nos cursos de menor prestigio, em instituições privadas e nos turnos noturnos. Para esses estudantes, o acesso à universidade representa apenas o início de um caminho marcado por barreiras que Bourdieu e Champagne (1998) chamam de "excluídos do interior", eles estão formalmente incluídos, mas simbolicamente marginalizados dentro da própria instituição.

A revisão da literatura aqui empregada deixou claro que ampliar o acesso, apesar de representar um avanço real, não é suficiente para garantir que esses trabalhadores estudantes encontrem condições efetivas de continuar e concluir sua formação. A conciliação entre trabalho e estudo, a escassez de tempo, os efeitos da dupla jornada sobre a saúde e o bem-estar e a dificuldade de desenvolver o que Coulon (2017) chama de "ofício de estudante" configuram barreiras estruturais que o sistema ainda não aprendeu a enfrentar de forma efetiva.

Nesse contexto, democratizar a educação superior vai além da mera abertura de vagas. É necessário que as instituições, principalmente aquelas que ofertam cursos noturnos, desenvolvam políticas de permanência que contemplem tanto a dimensão material quanto a simbólica e para isso, é preciso adotar medidas como a flexibilização curricular, apoio psicológico, assistência estudantil adequada ao perfil do trabalhador e mecanismos de afiliação institucional que considerem as limitações impostas pela dupla jornada. O direito à formação só se efetiva quando o estudante encontra condições reais de permanecer, participar e concluir o curso, algo que, para os trabalhadores estudantes, ainda está longe de ser garantido.

Por fim, por ser essa pesquisa uma revisão narrativa de literatura, ela abre caminho para investigações empíricas futuras, especialmente estudos sobre saúde mental de estudantes do ensino noturno, trajetórias de evasão em instituições privadas e a efetividade das políticas de assistência estudantil para o público trabalhador. Somente a partir desse olhar mais aprofundado será possível avançar de uma democratização centrada no acesso para uma democratização comprometida com a formação integral e o sucesso acadêmico do trabalhador estudante.

REFERÊNCIAS

ALCOBA, J.; GARATTE, M. L. Inclusão e democratização da universidade: um olhar através da experiência estudantil. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 12, p. 1-19, 2022. DOI: https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39505. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/39505. Acesso em: 14 abr. 2026.

ALMEIDA, J. M. R. *et al*. Os desafios da dupla jornada encarada pelo/a trabalhador/a-estudante e o/a estudante-trabalhador/a: análise de artigos. *In:* CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2023, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2024. v. 2, p. 233-252. DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT05.014. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_EV198_MD1_SA5_ID6735_29092023175015.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BATALHA, M. Expansão do ensino superior privado no Brasil: encruzilhadas e perspectivas. **Revista Internacional Educon**, [*S. l.*], v. 5, n. 1, e24051003, jan./abr. 2024. DOI: https://doi.org/10.47764/e24051003. Disponível em: https://grupoeducon.com/revista/index.php/revista/article/view/1776. Acesso em: 31 maio 2026.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. *In:* BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 481-486.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Toward good practice in thematic analysis: avoiding common problems and be(com)ing a knowing researcher. **International Journal of Transgender Health**, [*S. l.*], v. 24, n. 1, p. 1-6, 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/26895269.2022.2129597. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26895269.2022.2129597. Acesso em: 03 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 28 abr. 2026.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de; MICHELOTTO, R. M. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 30, 2013. Disponível em: https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/170. Acesso em: 25 abr. 2026.

COSTA, A. C.; ALVES, S. F. S. A dupla rotina de trabalho e estudo de acadêmicos do ensino superior de uma instituição privada do sul do Maranhão: desafios e impactos na saúde mental. **Revista Foco**, [*S. l.*], v. 18, n. 10, e10284, p. 1-26, 2025. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n10-177. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/10284. Acesso em: 10 maio 2026.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201710167954. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?lang=pt. Acesso em: 07 abr. 2026.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, maio/ago. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/cr4ZVVQDwgYGpPXbgYCpWDC/?lang=pt. Acesso em: 02 abr. 2026.

EZCURRA, A. M. Masificación y enseñanza superior: uma inclusión excluyente. *In:* PAULA, M. F. C.; FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (Orgs.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Idéias & Letras, 2011. p. 97-120.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1550/155013353003.pdf. Acesso em: 07 jun. 2026.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FURLANI, L. M. T. **A claridade da noite:** os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2025.

NASCIMENTO, F. P.; OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, D. A. A educação superior brasileira: entre a ampliação do acesso e desafios contemporâneos. **Cadernos da Fucamp**, [*S. l.*], v. 44, p. 50-64, set. 2025. ISSN: 2236-9929. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3965. Acesso em: 19 maio 2026.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; LEMOS, J. R. Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 247-267, maio/ago. 2010. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/310. Acesso em: 25 abr. 2026.

REIS, D. B. O significado de permanência: explorando possibilidades a partir de Kant. *In:* CARMO, G. T. (Org.). **Sentidos da permanência em educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. p. 73-82.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr. Acesso em: 08 abr. 2026.

SANTOS, P. S.; DIAS, L. C.; VIAN, C. E. F. Evolução do ensino superior no Brasil: da expansão do acesso às condições de permanência. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XXV, n. 54, p. 232-257, jan./dez. 2023. DOI: 10.21452/rde.v1i54.7587. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/7587. Acesso em: 30 abr. 2026.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/xkgr6p8nv58RRxhF5nv9Dhr/?lang=pt. Acesso em: 17 abr. 2026.

SILVA, A. K. L. da; FREITAS, M. L. de Q.; NUNES, C. P. A formação inicial e os sentidos da permanência nas políticas estudantis da Ufal. **Revista Exitus**, Santarém, v. 15, p. e025051, 2025. DOI: https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2933. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2933. Acesso em: 06 jun. 2026.

SILVA, P. T. F.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, set./out. 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220220034. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?lang=pt. Acesso em: 24 abr. 2026.

TORRES, L. S.; SOUZA, A. H.; SOUZA, A. P. B.; ISTOE, R. S. C. Os desafios da permanência do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes (RJ). *In:* CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019. ISSN: 2358-8829. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61858. Acesso em: 05 maio 2026.

TRÓPIA, P. V.; SOUZA, D. C. C. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. **Pro-Posições**, Campinas, v. 34, e20210033, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0033. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/S3ZQy57p6XDSrv5GZHzCfkS/?lang=pt. Acesso em: 12 maio 2026.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000200012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/VmmLwb3h8zbnsKVnJRJKqDz/. Acesso em: 21 abr. 2026.

Histórico Editorial
Submetido: 08 de junho de 2026.
Publicado: 11 de novembro de 2026.

Minicurrículo

Leilane Diena Souza da Silva
Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI) — Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pelo Instituto Excelência. Graduada em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS, Juazeiro — BA.
Contribuição de autoria (CRediT): Conceitualização; Investigação; Curadoria de dados; Escrita - rascunho original; Escrita - revisão e edição.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5027548562543129

Marianne Louise Marinho Mendes
Bacharel em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2002). Mestra em Ciência e Tecnologia dos Alimentos (UFPB, 2004). Doutora em Ciência e Tecnologia dos Alimentos (UFPB, 2011). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina, atuando no curso de graduação em Nutrição e no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI — Doutorado e Mestrado Profissionais). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental para o Semiárido (UPE). Vice-Coordenadora do PPGFPPI — UPE Campus Petrolina.
Contribuição de autoria (CRediT): Conceitualização; Supervisão; Orientação; Escrita - revisão e edição; Validação.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8543712630106354

COMO REFERENCIAR – ABNT
SILVA, L. D. S; MENDES, M. L. M. ACESSO NÃO É PERMANÊNCIA: desafios do trabalhador estudante na educação superior brasileira. Revista Exitus, Santarém/PA, e026043, V. 16, n.1., 2026. https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3113

COMO REFERENCIAR - APA
Silva, L. D. S. & Mendes, M. L. M. (2026). ACESSO NÃO É PERMANÊNCIA: desafios do trabalhador estudante na educação superior brasileira. Revista Exitus, 16, e026043. https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3113

Licença de Uso
Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.